

Percursos para um jornalismo benjaminiano, catador e colecionador de memórias

MENDES, Sílvia (mestranda)¹
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Walter Benjamin propõe uma nova forma ética e estética de registro histórico que leva em consideração as memórias dos oprimidos, dos vencidos na disputa pelo direito de dominar. Para ele, o passado só faz sentido quando atualizado no presente com a meta da redenção. É preciso não apenas reparar as injustiças sociais, mas também representar uma narrativa completa, complexa e multifacetada da história. Na sua filosofia da história, compara o papel do historiador aos do catador e do colecionador. O presente é ruína, escombros deixados pelo passado. É preciso escavar, recolher o lixo, os vestígios daquilo que foi desprezado e ocultado. É preciso atribuir um novo valor e uma nova dignidade ao lixo coletado. Relacionar a ética da memória benjaminiana ao jornalismo não parece difícil: não tem também o jornalismo um compromisso ético a ser desenvolvido? Não lida também o jornalismo com a memória de suas fontes, com os acontecimentos históricos de seus territórios de cobertura, com o registro de uma época que é o atual presente? Este artigo relaciona a concepção de uma ética da memória com o jornalismo enquanto agente ativo da narrativa historiográfica em busca de sinalizar percursos para a possibilidade de um jornalismo benjaminiano, catador e colecionador de memórias. Para tanto, utiliza brevemente como objeto de estudo o jornalismo impresso local. Importa destacar, porém, que se acredita aqui que as noções levantadas podem ser virtualmente aplicadas a todos os modos de fazer jornalístico.

Palavras-chave: Jornalismo; História; Memória; Walter Benjamin.

O ponto de encontro mais evidente entre o jornalismo e a filosofia benjaminiana parece residir no compromisso ético: num certo dever social que tem o jornalista – assim como qualquer outro agente de registros históricos, de produtos estéticos culturais, da narrativa de uma época. Esta constatação é válida tendo em vista duas premissas fundamentais: 1) o jornalista coleta e manuseia frequentemente a memória de suas fontes; 2) a preocupação de Walter Benjamin com a memória é, além de tudo, uma preocupação com a ética. De fato é possível falar, sem risco de equívoco, na existência de uma ética benjaminiana da memória.

Seligmann-Silva (2009), importante comentador da obra de Walter Benjamin no Brasil, escreve que o compromisso benjaminiano com a ética deve ser pensado, antes de mais nada, como um modo de tentar salvar nas representações culturais a violência que

¹ Jornalista e acadêmica de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina – silviamidia@gmail.com.



está na origem da cultura. Para compreender essa noção, é preciso ter em mente que entre as diversas contribuições de sua obra, uma das mais importantes é a concepção de uma filosofia da história. Com as raízes de suas influências germinadas no romantismo, no messianismo judaico e no marxismo, as teses “Sobre o conceito de história”, de 1940, condensam a visão do filósofo alemão sobre o compromisso ético do historiador; mais precisamente, do materialista histórico. Trata-se da responsabilidade de salvar o esquecido.

Inserido em um século de catástrofes, Benjamin vivenciou a primeira e a segunda grande guerra, sistemas ditatoriais, mudanças nos modos de produção e nas relações as diferentes classes sociais. Quando propõe que se escove a história a *contrapelo*, reivindica uma modificação nos hábitos positivistas de registro historiográfico. Quer abrir os olhos dos historiadores para a maneira como a história é escrita; maneira essa em que apenas os grandes acontecimentos ganham a dignidade de história e os vencedores da disputa pelo domínio ganham a dignidade de narradores. Aos vencidos e oprimidos, resta assistir passivamente a parada triunfal. Mas após o século de Benjamin, com todas as suas transformações e catástrofes, foi preciso haver uma ruptura no modo como a historiografia era vista. Isso ocorreu justamente porque houve uma ruptura no modo como as “categorias universais” eram vistas. Instalou-se sobre elas o signo da desconfiança e foi sob tal signo que novas formas de representação do passado precisaram ser modeladas (SELIGMAN-SILVA, op. cit.). Como resultado deste novo modo de pensar a ética e a estética da história, a preocupação com o registro da memória ascendeu mais e mais. Como bem explica Seligmann-Silva (op.cit.), a narrativa da memória é fragmentária, calcada na experiência individual e da comunidade, no apego aos locais simbólicos e sem a pretensão de traduzir integralmente o passado. Nas palavras de Benjamin: “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘tal como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma recordação, como ela relampeja no momento de um perigo”. E o que seria esse perigo, que se ameaça não só ao sujeito, mas à própria tradição? Benjamin responde: “entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento”².

Walter Benjamin não foi o único a se preocupar com tais questões. Diversos

² “Sobre o conceito de história” (In: BENJAMIN, 2012, p. 243).



autores, Proust entre eles, definiram a memória como garantia da identidade. Talvez a maneira mais fácil de conceber esta noção seja na perspectiva do paciente com amnésia. Desprovido da capacidade de recordar, sua principal questão tende a ser: quem sou eu? Nos meados do século XX, Maurice Halbwachs escreveu sobre a importância da memória coletiva, do testemunho do outro, em períodos de crise e instabilidade social: tais testemunhos reforçam a noção de pertencimento a determinado grupo, solidificando a noção individual de identidade e segurança. Nessa perspectiva, Seligmann-Silva (op. cit.) fala na valorização dos lugares de memória (*lieux de mémoire*), que são revisitados na contemporaneidade por uma série de autores, entre eles Pierre Nora.

O resultado de tais reflexões é que o historiador passa a se identificar com a figura do arqueólogo, que escava sob os escombros do passado. Se o passado benjaminiano é catástrofe, cabe, de fato, a quem for investigá-lo debruçar-se sob as ruínas de seu presente. É nesse contexto que Benjamin compara o papel do historiador ao de um catador: na busca de uma redenção do passado no presente, que é a meta maior, não interessam os grandes blocos de concreto, mas o lixo que se acumula sob eles. Aquilo que foi desprezado e ocultado. Que é a memória daqueles oprimidos e vencidos, já citados anteriormente. Mas não basta catar: é preciso colecionar. Trata-se de um ato de amor no qual o objeto, resgatado de um local de abandono, é colocado entre pares e recebe dignidade e valor diante do colecionador. Seligmann-Silva constata, na relação entre catador e colecionador em Benjamin, a ética da memória que implica um ato duplo: “por um lado a *destruição da falsa ordem das coisas* e, por outro, a *construção de um novo espaço mnemônico* – que ao mesmo tempo salva a individualidade do objeto e é mais condizente com as demandas do presente” (2009, p. 56).

Para Nora (1993), a tendência de se falar sobre memória atualmente resulta do fato de que a memória não existe mais. Por definição, os lugares de memória consistem na resistência do que resta de outro tempo, já passado, e são capazes de preservar e transmitir os ritos, hábitos, costumes e demais manifestações e características culturais que não mais existem. Há lugares de memória justamente porque não há mais meios de memória. Assim como Halbwachs, Nora observa que a memória emerge do grupo que ela une, havendo, portanto, tantas memórias quanto grupos existem. Tais grupos, na perda dos rituais, dos costumes que de tão impregnados não precisavam ser ditos, reivindicam os lugares de memória nos quais os vestígios, rastros do que sobrou do passado vivido sejam coletados,



catalogados, arquivados. Tais locais podem ser materiais ou imateriais, caracterizando-se fundamentalmente pela habilidade de permitir com que grupos ou povos se identifiquem e se reconheçam. Os grupos reivindicam lugares onde possam ancorar sua memória (NORA, 1993, p. 9). Poderia ser o jornalismo um destes lugares?

Pelo menos o jornalismo local parece, em algum nível mais evidente, atuar como um lugar de memória, que tal pode ser evocada através de elementos da situação presente que se relacionam com a experiência passada, gravada em nós devido ao seu valor afetivo, sua importância, significação ou impacto em nossa existência. Ao ver uma foto da antiga escola ou do bairro em que se viveu, ao ler sobre o caso antigo, envolvendo vizinhos ou familiares, evocamos recordações do tempo passado, povoadas de valores, tais como saudade e alegria pelas brincadeiras e amigos da infância. As fotos, textos e mesmo conversas propriamente ditas, dão testemunho da experiência vivida. Deparar-se com tais testemunhos é como reencontrar um velho amigo: exige um esforço inicial de “recordar em comum” que antecede o reconhecimento verdadeiro, apontado por Halbwachs (2006, p. 30). Para o autor, estas memórias conjuntas elevam a importância do fato vivido: de fato, acreditamos revivê-los. Pensar a memória a partir de sua dimensão coletiva é fundamental para compreender o senso de comunidade que demonstra unir os grupos sociais. Sobre isso, Halbwachs ainda nos faz perceber que jamais estamos a sós: “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros” (op. cit., p.30).

O século das catástrofes, no qual viveu Walter Benjamin já se foi. Hoje, porém, como já constatado por muitos (entre estes, Agamben³), o estado de exceção transformou-se na regra. Além da queda na cotação da experiência, o mundo ainda permanece em guerra (ainda que descentralizadas e espalhadas pelo globo). Mas, diferentemente da época de Benjamin, dispomos de uma tecnologia que modifica todo o tabuleiro do jogo. O contexto da atualidade é, além de tudo, caracterizado pela cultura líquida⁴, que coloca em crise a identidade ao dissolver territórios, ritos e costumes.

Hall (2011), Giddens (1991) e outros autores que refletiram sobre a modernidade tardia abordaram, mesmo que de maneiras diferentes, a ideia da crise de identidade nas sociedades atuais. Isso porque se aprendeu a relacionar identidade à família, à história pessoal e às posições ocupadas durante a vida. Se o espaço se dissolve, como criar um

³ AGANBEM, Giorgio. **Infância e História: destruição da experiência e origem da história**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

⁴ (BAUMAN, 2001).



ponto fixo do qual se lança a história pessoal do indivíduo? Para Castells (1999), tal crise, ou sensação de desorientação, forma-se principalmente devido às mudanças radicais no âmbito da comunicação, derivadas da revolução tecnológica no campo e – consequentemente – na passagem dos meios de comunicação de massa tradicionais para um sistema de redes horizontais de comunicação, já enraizado na internet.

No que diz respeito ao jornalismo impresso, a imagem que se forma a partir de tais noções é altamente fatalista. No entanto, o jornalismo local sobrevive e prospera em oposição ao impresso de grande abrangência, que decai gradativamente em tiragem e receita. Cabe, portanto, atentar para o papel e os atributos que o jornalismo local é capaz de conter num cenário de desorientação e crise de identidade. Warren Buffet, ao gastar US\$ 143 milhões na aquisição de 63 impressos locais norte-americanos, defendeu o investimento afirmando que, em cidades pequenas, onde o senso de comunidade é forte, não há instância mais importante do que o jornal local. A afirmação pode ser exagerada, mas ainda assim levanta uma questão importante: como se dá o vínculo do jornal local com a comunidade? De quais recursos se apropria para enraizar-se na experiência comum e sobreviver na era da Sociedade em Rede?

Leva-se em conta aqui o pressuposto de que, mesmo de maneira não deliberada, o jornalismo local faz uso da memória a fim de firmar e reafirmar seus vínculos com o público. Por sua proximidade, dispõe constantemente de testemunhos que reforçam o seu pertencimento à comunidade para a qual se dirige. O princípio primordial do jornalismo de abrangência local é possivelmente este: fazer-se incluído no grupo a que se dedica. Esse esforço pode ser percebido nos títulos e slogans de alguns impressos locais de Santa Catarina: “*Jornal Vanguarda: o urussanguense com conteúdo*” (Urussanga); “*A coluna: em defesa da comunidade*” (Videira); “*Correio dos Lagos: o veículo de comunicação e integração da Região dos Lagos*” (Anita Garibaldi); “*Correio Otaciliense: o nosso jornal!*” (Otacílio Costa); “*Linha Popular: aqui Camboriú é notícia*” (Camboriú).

Em Santa Catarina, é possível observar uma grande quantidade de pequenas empresas jornalísticas, talvez devido ao próprio processo de desenvolvimento geográfico e histórico do estado, que é composto em maioria por pequenos municípios com população abaixo dos 100 mil habitantes. O jornalismo impresso segue o mesmo padrão, com poucos diários de maior abrangência e muitas pequenas empresas. Apenas um diário se propõe a cobrir Santa Catarina – o *Diário Catarinense*, do grupo RBS; e outros poucos têm público



regional. Os demais se voltam para as próprias cidades ou pequenas localidades onde circulam.

A Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina (Adjori/SC) atualmente possui 185 associados. Considerando que 57% dessas publicações têm tiragem entre mil e três mil exemplares, pode-se verificar que o jornalismo de interior com abrangência local representa uma força significativa no estado.

Maurice Halbwachs, em *A Memória Coletiva*, traça a relação entre os grupos sociais e as memórias do indivíduo. Para ele, é nas associações pequenas e duradouras que a memória se fortalece. Tempo e proximidade são grandes responsáveis por imprimir, no indivíduo, as marcas do grupo. Diferente do que seria a memória histórica, que pressupõe a reconstrução dos dados fornecidos pelo presente da vida social e projetada sobre o passado reinventado (HALBWACHS, 2006), a memória coletiva atualiza o passado, recompondo-o magicamente no tempo presente a partir de um germe de rememoração. Tal noção sobre o passado e a temporalidade não parece diferir da pensada por Walter Benjamin, para quem a experiência se configura na intersecção entre elementos do passado individual e elementos do passado coletivo⁵. O que faz sentido no olhar para o passado do grupo é somente aquilo que ativa memória do indivíduo. Esta memória, para Halbwachs, ainda que possua uma dimensão individual, é essencialmente coletiva: os testemunhos dos outros são capazes de reforçar ou enfraquecer, e também de completar, as imagens que evocamos de um evento sobre o qual já possuímos algumas informações.

Assim como o outro, cujo testemunho me toca, não precisa estar materializado diante de mim para que isso ocorra, a sua presença física e sensível não seria o suficiente para provocar o movimento da rememoração em mim, caso o acontecimento vivido não tenha imprimido marcas na minha memória. Ou seja: caso não tenha tocado o inconsciente, configurando algum tipo de experiência. Como aponta Halbwachs, se na ausência dos testemunhos é impossível reconstruir qualquer traço do acontecimento vivido, os outros podem apresentar um quadro vivo da cena, mas este jamais será uma lembrança.

O autor traça modos com que o testemunho do outro pode agir no inconsciente de quem o recebe, configurando algum tipo de lembrança. As imagens novas de que ouvimos testemunho podem modificar impressões que guardamos de um acontecimento vivido ou de pessoas conhecidas. Também podem, tais imagens externas, não reproduzir muito

⁵ "Sobre alguns temas em Baudelaire" (In: BENJAMIN, 1994).



exatamente o passado: a lembrança inicial do indivíduo talvez seja mais fiel ao acontecido de fato. Neste sentido, lembranças reais podem se misturar com as lembranças fictícias. Outra possibilidade é que nossa lembrança seja incompleta, ofuscada ou rasa, e o testemunho do outro atue no sentido de clarear as imagens e preencher espaços vazios da memória. Conforme Halbwachs (2006, p. 32):

Assim como é preciso introduzir um germe em um meio saturado para que ele cristalize, o mesmo acontece neste conjunto de testemunhas exteriores a nós, temos de trazer uma espécie de semente da rememoração a este conjunto de testemunhos exteriores a nós para que ele vire uma consistente massa de lembranças.

Considerar a necessidade da existência desse germe de memória no sujeito, para Halbwachs, significa considerar que ainda que um indivíduo não consiga acessar por si só todas as partes da cena vivida, possui algo que o mantém em contato com o grupo, tornando-o capaz – em algum nível – de se identificar com ele e confundir o seu passado com o dele. Neste sentido, memória coletiva não prescinde da existência de um grupo cuja partilha comum tenha possibilitado algum tipo de experiência. Não basta o testemunho para que a memória do indivíduo se aproveite da memória do outro: é preciso que essas imagens concordem; que existam pontos de contato; que sejam construídas sobre uma base comum. Isso é possível, para Halbwachs, apenas quando o indivíduo e os outros que lhe cedem testemunhos fizeram e seguem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo.

Também para Halbwachs, a constituição do grupo, enquanto comunidade que compartilha de uma memória coletiva, está ligada ao espaço físico ocupado. Deste modo, nos limites de uma cidade, de uma casa, de um bairro, de uma universidade, o grupo constituído encontra suas lembranças coletivas no contexto espacial assim definido. Cada sociedade recorta o espaço ao seu modo, mas sempre de maneira a constituir um novo contexto fixo em que encerre e encontre suas lembranças (op. cit., p. 188).

Nesta concepção, que leva em conta os diversos testemunhos do grupo que não só constituem a memória coletiva, mas também são capazes de acionar no indivíduo os seus vínculos e afetividades em relação à comunidade, é possível criar um ponto de partida para a reflexão sobre o jornalismo local enquanto lugar de memória.

Alguns fatores evidentes se demonstram capazes de oferecer recursos ao jornalismo local para uma relação íntima com a comunidade: tiragem e público reduzidos;

periodicidade semanal – prolongamento do tempo para apuração, redação e leitura; exigência de que o leitor adquira o exemplar físico do jornal, muitas vezes demandando de uma circulação dele no espaço também físico, preenchido pelo grupo (*espaço de lugares*)⁶; possibilidade de impressão destes testemunhos do outro, que não sou eu, mas que me toca a memória e diz de mim.

De acordo com Motta (2013a, p.96), “a lógica narrativa só se revelará nas duras e cruas notícias do dia a dia se observarmos como elas lidam com o tempo e o organizam”. De fato, o pressuposto assumido pelo autor apenas confirma a relação entre a ética da memória benjaminiana e o fazer jornalístico, no modo como esta relação é aqui proposta: os leitores constroem cognitivamente significados a partir de informações provenientes do texto da notícia, mas também de informações do contexto e de suas próprias experiências, memória e cultura (op. cit., p. 100).

O contexto do jornalismo na cidade pequena se demonstra ambiente propício para a configuração de uma narrativa jornalística que permita ao leitor a construção de significados, mas também é possível abstrair tal constatação para qualquer outra dimensão do jornalismo. Se o leitor recorre à sua própria memória e experiência ao ler o jornal, à notícia que é deliberadamente é construída para o leitor em sua comunidade e especificidades, parece ser possível não apenas a dignidade de narrativa, mas também a capacidade de se incorporar e enraizar na experiência comum. Motta sugere a compreensão da comunicação narrativa jornalística como um processo entre sujeitos interlocutores no qual cabe observar as interpretações de mundos possíveis. Cabe, à análise crítica das narrativas presentes nos jornais, vasculhar “a experiência estética da recepção jornalística onde esvaece o mundo fático e manifesta-se o mundo subjetivo das ideologias, mitos e modelos de mundo” (MOTTA, 2013a, p.103).

É possível pensar a relevância de uma preocupação que o jornalismo deve ter com a memória quando se acredita no princípio de que o jornalismo tem em mãos o poder de acessar e ajudar a pensar uma história viva, mais importante do que a documental, de seu público: através de perfis, narrativas baseadas na oralidade, cadernos especiais de datas comemorativas e imagens. Motta (2013b) defende o caráter histórico da narrativa jornalística ao definir o jornalista como historiador da atualidade e destacar a importância da valorização do atual como matéria histórica. Aponta também para a noção de que negar

⁶Castells, 1999.



às narrativas jornalísticas o caráter de história é negar à atualidade a dignidade de história: “Antes de qualquer elaboração crítica, o presente é vivido diretamente como história e se impõe ao historiador desde o exterior, história falada, escrita, televisionada” (MOTTA, 2013b, p. 24). Ao se referir às narrativas jornalísticas, o autor ainda destaca que a identidade do texto deve ser buscada em seu caráter temporal, de acordo com a ideia de que o tempo torna-se humano na medida em que está articulado de modo narrativo.

Um jornalismo benjaminiano, além de compreender sua constante contribuição para a narrativa da história, também assume para si o dever de lutar por aqueles que não são dignos de memórias duráveis; aqueles cujo passado é desconsiderado como fato histórico. Ele deve catar não apenas nas ruínas do passado, mas debaixo do tapete do presente todos aqueles restos desprezados, oprimidos e marginalizados. O que coleta, tem como responsabilidade colecionar; atribuir às memórias-lixo posição igualmente relevante às demais no arquivo mnemônico que inevitavelmente acabam sendo as páginas dos jornais.

Referências

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire um crítico no auge do capitalismo**. 1 ed. – São Paulo: Brasiliense, 1994. – (Obras escolhidas: v. III)

_____. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2002.

_____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e a história da cultura**. 8ª ed. revista – São Paulo: Brasiliense, 2012. – (Obras escolhidas: v. I)

CALDAS, Álvaro (org). **Deu no jornal: o jornalismo impresso na era da internet**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura**. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Sobrevivência dos vaga-lumes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

GIDDENS, Antony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.



50 anos do Golpe Militar de 64

*"A história que a mídia faz,
conta ou não conta"*

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica das narrativas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013 a.

_____. **Jornalismo e configuração narrativa da história do presente**. Revista Eletrônica E-Compós, edição 1, dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/8/9>. Acesso em: 22 de outubro de 2013 b.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. São Paulo: Contexto, 2002.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto história**, São Paulo, nº 10, p. 7-28, 1993.

SELIGMAN, Laura. COZER, Karis. **Jornais populares de qualidade: ética e sensacionalismo em um novo padrão do jornalismo de interior catarinense**. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-jornais-seligman.pdf>. Acesso em: 27 de agosto de 2013.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **A atualidade de Walter Benjamin e de Theodor W. Adorno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.